



CONSELHO NACIONAL
DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO



ATA DO II ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL
DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DOS
ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL -
CNCI, REALIZADO NOS DIAS 12 E 13 DE MAIO DE
2008, EM SALVADOR- BA.

1
2
3
4
5
6
7 PARTICIPANTES: Maria Celeste Morais Guimarães, Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais e
8 Presidente do CNCI; Roberval da Silveira Marques, Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio
9 Grande do Sul e Vice-Presidente do CNCI; Maria do Amparo Esmério Silva, Controladora-Geral do
10 Estado do Piauí; Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, Auditora-Geral do Estado da Bahia;
11 Edla P. Pinheiro, Auditora-Geral do Estado do Amapá, Edilson Barbosa, Auditor-Geral do Estado do
12 Espírito Santo; Flora Valladares Coelho, Controladora-Geral do Estado do Acre; Charles Adriano
13 Schappo, Controlador-Geral do Estado de Rondônia; Alexandre Lages Cavalcante, Controlador-
14 Geral do Estado de Alagoas; Alberto de Sousa Rocha Júnior, Auditor-Geral do Estado do Maranhão;
15 José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira, Secretário Especial da Controladoria-Geral do Estado
16 de Pernambuco; Aloísio Barbosa de Carvalho Neto, Secretário da Controladoria e Ouvidoria do
17 Estado do Ceará; Antônio Jorge Melo Viana, Secretário da Secretaria de Controle Interno do Estado
18 do Paraná; Marlene da Silva Prado, Controladora-Geral do Estado de Roraima, Roberto Eduardo
19 Ventura Giffoni, Corregedor-Geral do Distrito Federal, Eugênio Manuel da Silva Machado, Auditor-
20 Geral do Estado do Rio de Janeiro, Adinelson Alves da Silva, Controlador-Geral do Estado de
21 Sergipe, Edivaldo Gomes da Silva Sousa, representando a Controladoria-Geral do Estado do
22 Tocantins; Alexandre Pinto Varella, representando a Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande
23 do Norte.

24 ABERTURA: Às nove horas do dia 12 de maio do ano de dois mil e oito foram iniciados os trabalhos,
25 tendo o Cerimonial chamado para compor a mesa do II Encontro do CNCI, o representante do
26 Governador do Estado da Bahia, Secretário da Fazenda, Carlos Martins, o Ministro de Estado do
27 Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho, o Procurador-Geral da Justiça do Estado da
28 Bahia, Lidivaldo Brito, o Procurador-Geral do Estado da Bahia, Rui Morais Cruz, a Presidente do
29 CNCI, Maria Celeste Morais Guimarães; a Auditora-Geral do Estado da Bahia, Miriam Tereza
30 Machado Guerreiro de Freitas. Na sequência, o representante do Governador do Estado da Bahia,
31 Carlos Martins, Secretário da Fazenda, saudou os participantes enfatizando a importância da realização
32 do II Encontro do CNCI no Estado, destacou a situação atual do Estado da Bahia em relação à
33 transparência e a aplicação dos recursos públicos, ressaltou e ainda, que o Estado não possuía
34 mecanismos de divulgação da transparência e dos gastos públicos, mas hoje conta com um Portal da
35 Transparência, onde são divulgados os gastos públicos e que todos os baianos tem acesso ao Portal.
36 Defendeu a importância da autonomia da Auditoria-Geral do Estado da Bahia, uma vez que, hoje está
37 vinculada à Secretaria da Fazenda e destacou, ainda, a contribuição da Auditora-Geral da Bahia na
38 condução dos trabalhos na EBAL, quando detectou os desvios dos recursos públicos. A Secretaria da
39 Fazenda tem hoje um convênio para o Combate à Corrupção juntamente com o Ministério Público,
40 Tribunal de Justiça e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, pareceria esta muito eficaz no
41 Combate à Corrupção. Na sequência, a Presidente do CNCI e Auditora-Geral do Estado de Minas
42 Gerais, Maria Celeste Morais Guimarães, agradeceu ao Estado da Bahia pela acolhida e destacou ainda
43 a importância da integração dos Estados, salientou o apoio da Controladoria-Geral da União, não só ao
44 Estado de Minas Gerais, mas ao Conselho Nacional. Elogiou, ainda, o trabalho de prevenção da
45 Auditoria-Geral do Estado da Bahia. Apresentou um vídeo promocional com a nova logomarca do
46 Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal -
47 CONACI, que hoje é uma realidade consubstancial para o Brasil. Na sequência a Auditora-Geral do
48 Estado da Bahia, Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, agradeceu a presença de todos os
49 participantes do II Encontro do CNCI na capital da Bahia e destacou a multiplicidade e as diversidades
50 do Estado como um ponto forte, sendo uma característica marcante do Estado da Bahia e ressaltou a
51 importância de estarmos juntos para contribuir por um Brasil efetivamente Republicano. Na sequência o
52 Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Lidivaldo Brito, que em seu discurso ressaltou a
53 preocupação do Ministério Público com o controle interno e o controle social e tendo em vista as diversas
54 campanhas em curso no Estado, destacou a campanha que traz como tema "Quem não deve, não
55 teme!", a qual tenta mobilizar a sociedade e suas classes, para a fiscalização dos documentos contábeis
56 dos gestores municipais. Ressaltou, ainda, a dificuldade por parte dos gestores em não apresentar tais
57 documentos para a sua análise. Este trabalho conta com a parceira da Controladoria-Geral da União
58 para a capacitação das lideranças comunitárias, com o intuito de melhorar os trabalhos do controle
59 interno e social. Na sequência, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage

Polícia Judiciária
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO
BAS 019

TABELIAO FERRAZ 1º OFICIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B. J. e - MG - Tel 3222-0584
Tabelião João Mauricio Viliano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

CONFERIDO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

<input type="checkbox"/>	EVERARDO VIEIRA FILHO	<input type="checkbox"/>	MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA
<input type="checkbox"/>	VENICIO DELLA CROCE	<input type="checkbox"/>	PAULO MARCIO TASSARA
<input type="checkbox"/>	MARIA TERESA ALVES DINIZ	<input type="checkbox"/>	EREMIAS FERNANDES DE SOUZA
<input type="checkbox"/>	CLEUSDETE VIZACRE ALVES VAZ	<input type="checkbox"/>	MARCELO ANDRADE FERRAZ

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



60 Sobrinho, saudou todos os membros da mesa e os membros do Conselho Nacional e destacou que o
61 Estado da Bahia vive uma fase histórica e com passos inéditos em relação ao que se vem observando
62 no atual Governo. Destacou o Portal da Transparência e o seu lançamento neste Estado, com a abertura
63 das contas do Governo para toda a população. Reafirmou ainda a crença no controle interno, como
64 conceito e como função de Estado, no esforço, na competência e na liderança de pessoas que estão à
65 frente dos órgãos de controle interno nos Estados brasileiros.

66 **PALESTRA: “O Papel do controle interno e a experiência da Controladoria Geral da União” –**
67 **Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho** – Em seu discurso
68 destacou que a função do controle interno tem raízes na Constituição de 1988, com dois dispositivos
69 básicos do nosso interesse, sendo em primeiro lugar, os artigos 70 e 74 com o 1º parágrafo. Enfatizou
70 que, os responsáveis pelo controle das atividades da Administração Federal devem exercê-lo em todos
71 os níveis e em todos os órgãos conforme o Decreto-Lei 200/1967, tais como a execução dos programas
72 e a observância das normas, como todo o sistema de planejamento, orçamento, compra e patrimônio da
73 administração geral, bem como o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens da
74 união pelos órgãos do próprio sistema de contabilidade e auditoria. Os conceitos de auditoria estavam
75 muito próximos à questão da contabilidade e esta separação é posterior e ao interpretar essa legislação,
76 temos que trazê-la para a realidade em que vivemos, destacou. Fazendo uma explanação a respeito da
77 Lei 10.180 de 06 de fevereiro de 2001, enfatizou o artigo 21 que organiza o sistema da Administração
78 Federal, em Planejamento, Orçamento e Controle. Para a Controladoria-Geral da União a lei 10.683 de
79 2003, em que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reorganiza a Administração
80 Federal, destaca o artigo 17 a qual rege as competências da Controladoria-Geral da União e suas
81 atribuições. Exemplos que integram o quadro normativo, no qual nós trabalhamos como controle interno
82 federal, são os diversos Decretos que regulamentam o sistema de controle interno, o sistema de
83 correição, o que cria o conselho da Transparência Pública, o que institui o Portal e as Páginas da
84 Transparência, o que institucionaliza as Sindicâncias Patrimoniais, o que regulamentou o Controle sobre
85 as Transferências Voluntárias, etc. Chamou para uma reflexão a respeito dos principais desafios, sejam
86 conceituais ou de ordem prática. A necessidade de ampliação do conceito tradicional de controle interno,
87 voltado apenas para a auditoria ou fiscalização, nos faz entender que este conceito de controle interno
88 deve integrar essa função. Criando, portanto, no âmbito do que seja o controle interno, a orientação para
89 o gestor e a prevenção das irregularidades e correição. Tendo em vista a conscientização de todos os
90 gestores quanto às suas responsabilidades de controle é o desafio a ser vencido por todos os presentes
91 nos seus respectivos Estados de origem. Destacou, ainda, que devemos evitar o pensamento de que o
92 controle deve ser feito apenas pelos órgãos de controle, pois o controle é de responsabilidade de todo e
93 qualquer gestor, independente do seu nível de gestão. Ressaltou ainda que, o conceito de controle que
94 integra o próprio conceito de gestão, sendo que a carreira de controle faz parte do chamado ciclo de
95 gestão, que começa com o planejamento, orçamento e termina com o controle e esquecido na prática.
96 Informou, ainda, que devemos criar a conscientização de todos os Gestores quanto às suas
97 responsabilidades na área de controle, e a adequada relação do Órgão Central (específico) de Controle
98 Interno com os Gestores, em geral com orientação e vigilância, sem esquecer-se da prevenção que visa
99 a diminuir a correição. Outro desafio ainda é a articulação inter-institucional e o compartilhamento de
100 informações, que nenhum órgão poderá fazer nada sozinho, seja ele, Ministério Público, COAF, Receita
101 Federal, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas, Órgãos de Controle e
102 Procuradorias, enfim a integração é fundamental se quisermos ter uma eficiência contra a improbidade
103 administrativa e o controle dos gastos públicos. Ressaltou ainda, a efetividade do controle e a clareza
104 (para a sociedade) quanto aos limites das atribuições de cada órgão, e como um grande desafio seria o
105 incremento da Transparência na Administração Pública. Disse ainda que, não há menor possibilidade dos
106 órgãos de controle, por mais que se fortaleça e se capacite na área de recursos humanos ou
107 equipamentos, é necessário o estímulo à participação da sociedade e o controle social, é a vigilância da
108 cidadania sob os atos públicos. A ampliação das possibilidades do controle via sistemas eletrônicos e
109 bases de dados (capacitação de recursos humanos), com auditoria *in loco*, utilização de sistemas
110 corporativos que a maioria dos órgãos federais já dispõe, precisamos de uma maximização dessa troca
111 de dados e informações e para a economicidade dos trabalhos de auditoria, fortalecendo e modernizado
112 a gestão. É preciso acabar com a corrupção custe o que custar, usando de metodologias eficazes e com
113 maior visibilidade e transparência da administração pública. Destacou que a Controladoria-Geral da
114 União hoje visa à orientação, a auditoria, fiscalização, a prevenção e juntamente com a Corregedoria-
115 Geral da União terá uma abrangência no Brasil inteiro. Finalizando, enfatizou a articulação federativa com
116 os governadores de diversos Estados e partidos políticos, através de convênio com Órgãos de Controle
117 Interno Estadual de quinze Estados brasileiros, e destacou os projetos do Conselho Nacional dos Órgãos
118 dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CNCI em parceria com o Escritório das Nações Unidas
119 contra Drogas e Crime (UNODC) e com o apoio da Controladoria-Geral da União, para a execução dos



VILLANO FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B. Itte - MG - Tel. 3222-0584
Taboão do João Maurício Villano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

CONFERIDO E APROVADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

<input type="checkbox"/>	EVERARDO VIEIRA FILHO	<input type="checkbox"/>	MARIA ANGELO ARVIER OLIVEIRA
<input type="checkbox"/>	VENICIO DELLA CROCE	<input type="checkbox"/>	PAULO MERCIO TASSARA
<input type="checkbox"/>	MARIA TERESA ALVES DINIZ	<input type="checkbox"/>	GENÍAS FERNANDES DE OLIVEIRA
<input type="checkbox"/>	CLEUSTETE VIZCARRA ALVES VAZ	<input type="checkbox"/>	MARCELO ANDRADE PEREIRA

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



120 projetos de desenvolvimento de padrões e de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de
121 informações entre os órgãos estaduais de controle interno e a atualização do diagnóstico do perfil dos
122 recursos humanos dos órgãos estaduais de controle interno e atualização do diagnóstico sobre os
123 sistemas organizacionais dos órgãos estaduais de controle interno.

124 **PALESTRA: “O sistema de controle como instrumento inibitório de ações predatórias contra o**
125 **erário”:** **Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, Auditora-Geral do Estado da Bahia.** Em seu
126 discurso destacou o cenário do Estado da Bahia e seus diversos desafios na alternância da gestão
127 pública e na área de controle. Um dos desafios encontrados no Estado é a implementação de uma nova
128 cultura, para apurar com urgência indícios de graves irregularidades, face as dificuldades em auditar
129 grandes contratos com maior profundidade e buscar provas irrefutáveis, objetivas e consistentes.
130 Informou ainda, que no âmbito de novos gestores é fundamental o papel da prevenção através de
131 orientação, articulação de relacionamentos com outras instituições, provocando e comprometendo estes
132 organismos na conseqüente apuração das irregularidades e finalmente na divulgação dos trabalhos
133 realizados em nome da transparência. Ressaltou, ainda, as dificuldades enfrentadas pela Auditoria-Geral
134 da Bahia, diante de uma estrutura inadequada para realizar a contento todos os desafios, tais como, a
135 incompatibilidade entre prazos e profundidade da auditoria, a ausência de controle, quadro de pessoal
136 técnico reduzido e capacitado, falta de formalização dos sistemas de controle interno. Destacou ainda,
137 as parcerias estabelecidas através de convênio com os órgãos de controle, entre eles, com a
138 Controladoria-Geral da União, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado e do
139 Município, Receita Federal, Polícia Federal. Apresentou ainda as irregularidades apuradas nos grandes
140 contratos das empresas, detectadas através das auditorias pelo corpo técnico do Estado da Bahia e
141 constatou-se a carência e a deficiência de fiscalização nesses contratos. Relatou, ainda, a meta de
142 fortalecimento do órgão de controle e a articulação com os demais órgãos de controle do Estado,
143 resgatando a autonomia, com a missão de prevenir a corrupção, fomentar o controle social, incrementar
144 a transparência da gestão e combater a corrupção visando à integração com os órgãos de controle.
145 Finalizou dizendo que o controle interno integrado com autonomia, profissionalismo e qualificação
146 preventiva, se alcançará o aperfeiçoamento e respeito aos princípios democráticos e republicanos.

147 **PALESTRA: A questão da autonomia dos órgãos de controle – Tereza Regina Cordovil – Auditora**
148 **Gera do Estado do Pará.** Em seu discurso informou sobre a regulamentação da Auditoria-Geral do
149 Estado do Pará, em 1998, sem o quadro de carreira até abril de 2007, com um perfil de assessoramento
150 técnico e com auditorias virtuais. Relatou que um dos principais desafios da AGE/PA foi buscar maior
151 autonomia, ser reconhecida como estratégica para o Estado e a efetividade das ações de controle.
152 Tomar decisões próprias, atuação livre de ingerências externas como órgão de Estado e não de
153 Governo. Como exemplo de autonomia organizacional, o órgão de controle deve estar vinculado
154 diretamente à Administração Superior da entidade, como organismo de assessoramento fiscalizador e
155 preventivo. A AGE/PA era vinculada à Secretaria Especial de Governo e hoje está vinculada ao
156 Governador, ressaltando a conquista do Estado. Informou, ainda, a realização de um levantamento da
157 situação organizacional dos órgãos centrais de controle interno nos Estados brasileiros e no Distrito
158 Federal. Enfatizou ainda a autonomia funcional, como garantia pela estrutura e fortalecimento da carreira
159 própria para os Órgãos Centrais de Controle Interno, a realização de concurso público e posse dos
160 aprovados, iniciando assim a carreira na AGE/PA. Demonstrou a realidade dos Estados brasileiros e do
161 Distrito Federal em relação à carreira de auditor. Como ação estratégica, foi solicitado ao governo o
162 aumento da dotação orçamentária, visando a capacitação do corpo técnico, mapeamento das áreas de
163 risco, priorização de ações, fiscalizações *in loco*, desenvolvimento do sistema de monitoramento das
164 recomendações dos relatórios de auditoria, criação do Portal da Transparência, combate sistemático da
165 corrupção no Estado do Pará. Finalizando, sugeriu a transformação das Auditorias-Gerais em
166 Controladorias com a função de Correição Administrativa, gerando o fortalecimento da carreira de auditor
167 em todo o Brasil e o combate efetivo à corrupção, troca de informação estratégica, bancos de dados,
168 maior interatividade de servidores e experiências exitosas em cada Estado.

169 **PALESTRA: Fragilidade de controle no relacionamento com o Terceiro Setor, José Francisco**
170 **Carvalho Neto, Superintendente-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia**
171 Em seu discurso ressaltou a relação estreita em que o Tribunal de Contas e a Auditoria-Geral do Estado
172 da Bahia mantém para suprir as reais necessidades no Estado. Destacou, ainda, que as relações do
173 terceiro setor ainda é motivo de muita preocupação, com relação ao mal uso do dinheiro público e a sua
174 aplicabilidade, a evolução com o terceiro setor e a sua relação com o Poder Público, no âmbito do marco
175 legal. Ressaltou os traços e as diferenças entre as Ordens de Serviços e a Organização da Sociedade
176 Civil de Interesse Público – OSCIP’s, o uso inadequado dessas parcerias no terceiro setor e enfatizou as
177 fragilidades do controle no relacionamento com o terceiro setor. Sobre os pontos e controle, citou a
178 resolução nº.1258/07 – TCM/BA, que trata da lei local definidora dos requisitos para a qualificação, a
179 área de atuação e os recursos a serem concedidos, a título de fomento, tal qual o procedimento adotado



Poder Judiciário
 do Estado de Minas Gerais
 Conselho Geral de Justiça

Selo de Fiscalização
 BAS 01914

FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua nº 187 - B Hte - MG - Tel 3222-0584
 Tabelião João Mauricio Vilano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

<input type="checkbox"/>	EVERARDO VIEIRA FILHO	<input type="checkbox"/>	MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA
<input type="checkbox"/>	VENICIO DELLA CROCE	<input type="checkbox"/>	PAULO MARCIO TASSARA
<input type="checkbox"/>	MARIA TERESA ALVES DINIZ	<input type="checkbox"/>	GEREMAS FERREZ DE SOUZA
<input type="checkbox"/>	GLEUSDETE VIZACRE ALVES	<input type="checkbox"/>	MARCELO ANDRADE FERREZ

CONFIRME O ORIGINAL APRESENTADO

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



180 para a escolha da OSCIP's com a qual será celebrado o termo de parceria. A razoabilidade e a
181 proporcionalidade no repasse do serviço ou atividade para a organização qualificada, bem como a
182 indicação a título de orientação de atividades que não devem ser objetivos de termo de parceria.
183 Enfatizou a fragilidade do controle no escopo muito amplo e de difícil delimitação do objeto da parceria e
184 a autonomia das entidades, que são entes privados regulados pelo código civil, bem como o controle
185 essencialmente de natureza finalística.

186 **PALESTRA: A experiência do Conselho Revisor no Governo do Estado do Paraná – Antônio Jorge**
187 **Melo Viana – Secretário de Controle Interno do Estado do Paraná.** Em seu discurso fez uma
188 contextualização sobre a real situação do controle interno e declarou que o Portal da Transparência é um
189 veículo de grande importância hoje para a sociedade, tendo em vista a divulgação dos gastos públicos.
190 Informou que os salários de todos os servidores do Estado do Paraná vão ser divulgados no Portal,
191 dando assim maior transparência à sociedade. Passando a palavra para o Representante do **Conselho**
192 **Revisor do Estado do Paraná**, senhor **André Pegorer**, esse destacou que a experiência do Conselho
193 Revisor no Governo do Estado do Paraná é, na área pública, algo inédito. O Conselho acompanha as
194 ações do governo, analisa e propõe soluções, tendo uma monitoria em 82 projetos. Semanalmente, o
195 grupo se reúne no gabinete do governador para a avaliação do andamento dos projetos. Ressaltou,
196 ainda, que uma equipe de servidores públicos das diversas secretarias representadas no Conselho, dão
197 suporte ao trabalho do grupo e também que cada um dos 82 programas avaliados recebe sinais que
198 apontam a situação do desenrolar das ações monitoradas, portanto, os programas com sinal "vermelho"
199 são os que estão sem situação crítica; com amarelo, "em alerta", e com verde, "em andamento normal".
200 O Conselho Revisor tem sido rigoroso, assinalou, ao demonstrar que em torno de 40% das ações
201 contam, hoje, com o "sinal verde". Como exemplos de programas de governo que tiveram solução
202 encontrada pelo Conselho Revisor, citou ainda, o fornecimento de medicamentos pelo Estado, a
203 implantação do Centro de Queimados em Londrina e a desapropriação da sede do Clube Santa Mônica
204 no litoral. Finalizou dizendo que são experiências nas quais conseguiram resolver problemas a partir do
205 acompanhamento pelo Conselho Revisor.

206 **PALESTRA: Solução Web Governance: uma proposta de informação do processo de auditoria**
207 **nos órgãos de controle interno – Maria Celeste Moraes Guimarães, Auditora-Geral do Estado de**
208 **Minas Gerais.** Em seu discurso destacou a importância do controle dos trabalhos de auditoria realizados
209 no Estado de Minas Gerais, uma vez que esse monitoramento é realizado através do sistema
210 informatizado e é feito pelo Superintendência Central da Auditoria Operacional e pelo dirigente máximo.
211 Passou a palavra para o senhor **Fernando Antônio Sette Pinheiro França**, que elencou as dificuldades
212 encontradas na realização dos trabalhos de auditoria sem o sistema informatizado, tais como; a baixa
213 interatividade, procedimentos não uniformes e falhas na comunicação. Quando surgiu a idéia de ter um
214 sistema informatizado de auditoria para o gerenciamento dos trabalhos via um sistema integrado (WEB),
215 era com a função de melhorar os mecanismos dificultadores para dar uma uniformidade aos trabalhos de
216 auditoria, aumentar a interatividade entre o órgão central de auditoria e os auditores nos seus
217 respectivos órgãos (auditorias setoriais e seccionais) no gerenciamento dos trabalhos. O Sistema
218 Integrado de Gerenciamento de Auditoria – SIGA, tem como função primordial o controle dos trabalhos
219 de auditoria em tempo real, o controle da efetividade das recomendações, o gerenciamento das
220 informações e a emissão de certificado do cumprimento das recomendações.

221 **PALESTRA: Ações da Controladoria-Geral da União de apoio ao fortalecimento dos órgãos de**
222 **controle interno – Vânia Lúcia Ribeiro Vieira – Diretora de Prevenção da Corrupção da**
223 **Controladoria-Geral da União.** Em seu discurso destacou a importância de se adotar medidas de
224 prevenção e combate à corrupção, com a criação e o fortalecimento dos órgãos de controle interno para
225 a prevenção e o combate à corrupção. No gerenciamento de pessoal relacionado à prevenção e o
226 combate à corrupção, faz-se uma seleção de servidores, seja por concurso ou outro mecanismo para
227 que se possa mensurar o mérito ou eficiência do candidato. O cuidado que devemos ter com o conflitos
228 de interesses, o fortalecimento da gestão e a capacitação dos servidores, o aprimoramento do marco
229 legal, retirando as fragilidades para que possamos ter um controle interno forte e atuante. Destacou
230 ainda, a promoção da ética como medida para a prevenção à corrupção, além de disseminar os princípios
231 e os valores da administração pública, cabe à comissão de ética a orientação e a conscientização.
232 Incremento da transparência pública e o acesso à informação com a criação dos vários portais da
233 transparência em diversos Estados, o estímulo à participação e controle social, mapeamento de riscos
234 da corrupção, conhecer os setores da administração, sejam os mais vulneráveis, uso de tecnologia da
235 informação dá o auxílio nos trabalhos, acompanhamento da evolução patrimonial de agentes públicos e
236 ouvidoria. Ressaltou ainda os programas de fortalecimento da gestão pública e das ações de
237 fortalecimento dos órgãos de controle interno, através da capacitação dos servidores estaduais e
238 municipais. Citou ainda a aprovação da lei de criação do controle interno de Araraquara em São Paulo,
239 em parceria com o Tribunal de Contas Estadual, o qual realizou a capacitação em todos os municípios

SELO DA FISCALIZAÇÃO
 Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
 Conselho Superior da Magistratura

AUTENTICAÇÃO
 BAS 01913

TABELÃO FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua nº 187 - B Hta - MG - Tel 3222-0584
 Tabelação João Maurício Villano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

CONSERVIDO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

<input type="checkbox"/>	OSERIDO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO	<input type="checkbox"/>	MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA
<input type="checkbox"/>	LEVERARDO VIEIRA FILHO	<input type="checkbox"/>	PAULO MARCO TASSARA
<input type="checkbox"/>	VENICIO DELLA CROCE	<input type="checkbox"/>	SEREMAS FERNANDES DE SOUZA
<input type="checkbox"/>	MARIA TERESA ALVES DINIZ	<input type="checkbox"/>	MARCELO ANDRADE FERRAZ
<input type="checkbox"/>	CLEUSDETE VIZACRE ALVES VAZ		

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI

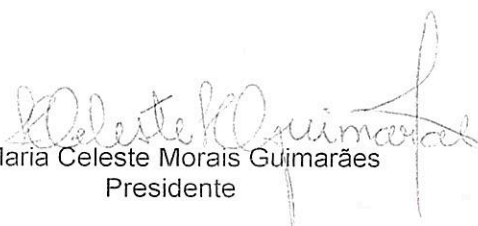


240 do Estado do Tocantins. Destacou ainda as propostas da Controladoria-Geral da União no âmbito do
241 PNAGE, a respeito do provimento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e fortalecimento da
242 capacidade institucional dos órgãos de controle interno, na elaboração de manuais e procedimentos para
243 as atividades de controle, o fortalecimento da atividade disciplinar, o desenvolvimento de políticas
244 públicas e instrumentos de promoção da transparência pública e promoção da ética. Destacou ainda a
245 parceria na realização dos projetos do CNCI juntamente com o Escritório das Nações Unidas Contra
246 Drogas e Crimes no Brasil – UNODC e a Controladoria-Geral da União no desenvolvimento de padrões e
247 de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de informações entre os órgãos estaduais públicos
248 de controle interno e a realização de Diagnósticos sobre os sistemas organizacionais e sobre o perfil de
249 recursos humanos dos órgãos de controle internos, parceria esta que só tem a contribuir para o
250 fortalecimento do controle interno no Brasil, finalizou.

251 **Leitura e Aprovação da Ata do I Encontro do CNCI em Fortaleza-CE** – Iniciados os trabalhos do dia,
252 a Srª. Presidente do CNCI passou a palavra para o Secretário Executivo do Conselho, Henrique Hermes
253 Gomes de Moraes, Auditor-Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais, que expôs sobre o envio
254 precedentemente, da minuta da ata do I Encontro do CNCI realizado em Fortaleza-CE, para que todos
255 os participantes procedessem às alterações e críticas para o ajuste e aprovação pelos integrantes no I
256 Encontro em Fortaleza-CE. Foram feitas as considerações dos membros integrantes do CNCI,
257 resultando o anuente posicionamento de todos os membros e dando-se então a aprovação, por
258 unanimidade, da ata do I Encontro do CNCI realizado em 22 e 23 de novembro de 2007, em Fortaleza-
259 CE.

260 **OUTROS ASSUNTOS DA PAUTA:** Foi ratificado o desejo do sr. José Ricardo Wanderley Dantas de
261 Oliveira, **Secretário Especial da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco** em sediar o III
262 Encontro, ficando para o primeiro semestre do ano de 2009, no **Estado do Rio de Janeiro** a realização
263 do IV Encontro e no segundo semestre na **Capital Teresina/PI** o V Encontro. Como sugestão de temas
264 para o próximo encontro, os presentes destacaram; “mensurar os resultados das ações de Controle
265 Interno”, “auditoria na receita pública”, “auditoria da qualidade no gasto público e efetividade da
266 prestação do gasto público”, “uso de sistema de inteligência, parcerias com o Ministério Público e Polícia
267 Federal” e “mudanças na contabilidade pública e o Conselho Federal”. Foram aprovados pelos
268 participantes os seguintes projetos apresentados pela presidência do Conselho Nacional:
269 1) O desenvolvimento de padrões e de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de
270 informações entre os órgãos estaduais públicos de controle interno; 2) Atualização do diagnóstico do
271 perfil dos recursos humanos dos órgãos estaduais de controle interno; 3) Atualização do diagnóstico
272 sobre os sistemas organizacionais dos órgãos estaduais de controle interno. 4) formação de grupo de
273 estudo para a elaboração da norma que regularmente a Estrutura Orgânica dos Órgãos de Controle
274 Interno na Administração Brasileira. Decidiu-se que, os encontros ocorrerão em dois dias, sendo, o
275 segundo dia reservado para questões técnicas e fechadas para os membros do Conselho Nacional. O
276 recebimento do patrocínio e ficando a criação de um grupo de estudo para adequação do Título IV do
277 Patrimônio, da Renda e da Administração Patrimonial e Financeira – Capítulo I do Patrimônio e da
278 Renda, artigo 30, do Estatuto do Conselho Nacional. **Fica a partir desta data, 13 de maio de 2008,**
279 **alterada a denominação social para Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos**
280 **Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI**

281 **ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos, às dezoito
282 horas e trinta minutos, e, no cumprimento de atribuição formal, *Eu, Henrique Hermes Gomes de Moraes,*
283 **Secretário-Executivo e Auditor-Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais,** finalizo o relato das
284 expressões e deliberações dos participantes da reunião ordinária do II Encontro do CONACI, realizado
285 nos dias 12 e 13 de maio de 2008, em Salvador/BA. Ata que será lida e achada conforme
286 a próxima reunião ordinária do CONACI, e, em seguida assinada por mim e pela presidente do Conselho
287 Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal- CONACI.
288
289
290
291

292
293
294
295

Maria Celeste Moraes Guimarães
Presidente


Henrique Hermes Gomes de Moraes
Secretário-Executivo

Ficou arquivada sob o nº 00087249

CARTÓRIO MARCELO FERAZ
1. OF. DE REGISTRO DE EMPRESAS
JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SCS. Q.08 BL. B-60 SL. 140-E 1, ANCAP
BRASILIA/DF - TELEFONE: 224-4026

Registrado e Arquivado sob o
Número 0008270 do livro n. A-19 em
108/08/2007. Dou fé.
Protocolado e microfilmado sob
nº00087249
Brasília, 15/04/2009.

Titular: Marcelo Ferraz
Subst.: Edlene Miguez
Geralda do Carmo
Eunice de Oliveira
Edileuza Miguez Pereira Franco
Francineide Gomes de Jesus
Marcus Antonio da C. Oliveira
Michelle Barros Lima
Maria Lúcia C. Burle Griff
- Rosimar Alves de Jesus



Custas: R\$ 874
Tab.: J. D. S. R.

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BAS 01912

JOÃO FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B Hte - MG - Tel 3222-0584
Tabelião João Mauricio Villano Ferraz

23 MAR 2009

CONFERIDO E IGUAL DO ORIGINAL APRESENTADO

<input type="checkbox"/> EVERARDO VIEIRA PILHO	<input type="checkbox"/> MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA
<input type="checkbox"/> VENICIO DELLA CROCE	<input type="checkbox"/> PAULO MARCIO TASSARA
<input type="checkbox"/> MARIA TERESA ALVES DINIZ	<input type="checkbox"/> SEREMAS FERNANDES DE SOUZA
<input type="checkbox"/> CLEUSDÉTE VIZACRE ALVES VAZ	<input type="checkbox"/> MARCELO ANDRADE FERREIRA